



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores, Salvador,
Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais em 31 de dezembro de 2025

Em consonância com as regras estabelecidas nas normas vigentes, a Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A., Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes;

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS: 32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS: 32975120591
Dados: 2026.03.31 18:50:20
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 –
Bairro Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-770

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

27 de fevereiro de 2026

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS: 32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS: 32975120591
Dados: 2026.03.31 18:51:07
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), primeira fintech baiana autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020, e possui como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas, atuando com negócios de crédito pessoal e consignado, além de capital de giro, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Administração da **MULTICRED SCD**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

DESEMPENHO DO MERCADO

- **Salário-Mínimo, renda média e taxa de desemprego:**

O aumento de 7,5% do salário-mínimo em 2025, o aumento do rendimento médio real do trabalhador brasileiro em 5% e a menor taxa de desemprego impactaram positivamente o aumento de margem consignável do trabalhador brasileiro. Em especial no Estado da Bahia, aumento salarial superior 10% para todas as categorias de servidores, mesmo que com implantação escalonada até 2026, constituiu grande oportunidade de mercado pela ampliação do volume de margem consignável disponibilizado.

- **Consignado CLT: (novos produtos)**

A evolução do crédito consignado para o trabalhador do setor privado em 2025 foi marcada por uma expansão histórica no volume de concessões, impulsionada pelo lançamento do programa Crédito do Trabalhador em março de 2025. A nova modalidade fechou 2025 com R\$ 76 milhões de saldo frente a R\$ 40 milhões em 2024. Por não possuir teto fixo de taxa de juros, houve grande variação entre os bancos (de 3,26% a 6,40%am) e foi fortemente impactada pelo aumento da taxa Selic e inadimplência, chegando a uma taxa média de juros anual da ordem de 59%aa.

- **Comportamento do mercado em 2025**

O ano de 2025 foi marcado pelo aumento e manutenção em patamar elevado da taxa básica de juros, 15%aa, acompanhado pelo aumento da inadimplência no crédito e do endividamento das famílias. Tais fatos levaram a uma maior seletividade na concessão do crédito pelas Instituições Financeiras, fazendo com que houvesse uma desaceleração no ritmo de crescimento da carteira de crédito do sistema financeiro que fechou ano de 2025 com crescimento de 10,2% em relação a 2024, contra 11,5% observado em 2024, frente a 2023. A desaceleração ocorreu tanto no segmento PJ (8,1% 2025 x 9,9% 2024) como no PF (11,6% 2025 x 12,6% 2024).



Entretanto, “o saldo do crédito livre às pessoas físicas somou R\$2,5 trilhões em dezembro, com elevação anual de 13,2%, ante variação de 12,6% em 2024. Nessa base de comparação, destacaram-se as elevações nas carteiras de cartão de crédito total (17,1%), crédito pessoal não consignado (18%) e financiamento para a aquisição de veículos (15,9%). Ressalte-se a forte elevação do crédito pessoal consignado privado, 90,9% de elevação no ano, impulsionado pelas operações de “Crédito do Trabalhador”, instituída pela Medida Provisória nº 1.292, de 12 de março de 2025.” (*Relatório de Estatísticas Monetárias e de Crédito – Bacen – janeiro/2026*).

Em 2025, as taxas de juros do crédito consignado apresentaram uma tendência de alta em comparação a 2024. Esse movimento reverteu a trajetória de quedas observada no ano anterior, sendo impulsionado principalmente pelo ciclo de elevação da taxa Selic.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A MULTICRED SCD apresentou grande mudança em seu desempenho operacional ao longo do ano de 2025 fruto da consolidação da estratégia de venda mensal de sua carteira de crédito que permitiu entrada de caixa para manutenção de contratação de crédito ao longo do ano em média superior a R\$ 4 milhões por mês, mantendo um ágio mínimo na venda superior a 7%, garantindo um resultado na cessão superior a R\$ 280 mil em cada venda, valor suficiente para garantir um resultado mensal positivo, compatível com a expectativa dos acionistas, além de uma geração de caixa mensal suficiente para fazer frente às despesas mensais e manter o nível de caixa dentro dos parâmetros de aceitação de risco estabelecidos pela diretoria/acionistas.

Encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2025 com 10.080 clientes com negócios realizados no ano (6.295 no segundo semestre – 1.657 desses haviam realizado operações também no primeiro semestre), dos quais 6.611 novos clientes (3.107 no segundo semestre), com 19.494 operações de crédito contratadas, concentradas em crédito consignado para pessoas físicas (servidores públicos estaduais e municipais).

Foram R\$ 50,7 milhões em valor financiado ao longo do ano o que totalizaria uma carteira de R\$ 93,6 milhões a receber. Nossa inadimplência permanece extremamente controlada e baixa, na Pessoa Física, menos 0,06% do valor financiado em 2025, e na Pessoa Jurídica, menos de 0,38% do valor financiado no ano. No geral, inadimplência inferior a 2,3% de nosso Patrimônio Líquido.

Desde o início de suas operações a Multicred SCD já realizou 36.958 operações com 15.458 clientes.

AUMENTO CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 14 DE 03/11/2025 E RESOLUÇÃO BCB Nº 517 DE 03/11/2025 – E TRIBUTAÇÃO IRPF SOBRE LUCROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS E ISENÇÃO DE LUCROS HISTÓRICOS APURADOS ATÉ 31/12/2025 (REGRA DE TRANSIÇÃO) – LEI 15270/2025

Em vista das referidas mudanças normativas, os acionistas da Multicred SCD, em 18/12/2025, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, decidiram autorizar levantamento de balanço intermediário, na modalidade de balancete de verificação com data base de 31/10/2025 para fins de apuração dos lucros e deliberação sobre sua distribuição.

Constatou-se a existência de reserva de lucros no montante de R\$ 1.118.131,48 e de lucros acumulados de R\$ 799.951,51, totalizando R\$ 1.918.082,99. Desse valor, R\$ 1.918.082,00 foram incorporados ao Capital Social da



Companhia, sem ingresso de novos recursos, elevando o capital social de R\$ 7.218.180,00 para R\$ 9.136.262,00. Além disso, direcionou-se os eventuais lucros a serem apurados em novembro e dezembro/2025 para composição de reservas para futuros aumentos de capital.

De acordo com a avaliação da Diretoria e conforme calculadora fornecida pelo Banco Central, a exigência de capital social mínimo da Multicred SCD para manter suas atividades no mercado, será de R\$ 11.600.000,00 a ser incorporado até 31/12/2027. As projeções realizadas indicam que a Multicred SCD conseguirá atingir o capital mínimo, cumprindo todas as etapas do cronograma previsto pelo Bacen, exclusivamente com a incorporação de seus resultados.

PERSPECTIVAS

As perspectivas econômicas para o Brasil em 2026 indicam um ano de crescimento moderado, ajuste nas condições de crédito e desafios persistentes na inadimplência, influenciado por um cenário de juros ainda elevados e o início das expectativas para o ciclo eleitoral.

1. Cenário Macroeconômico

Crescimento do PIB: O Banco Central estima um crescimento de 1,6%, enquanto o mercado (Boletim Focus) projeta 1,85%.

Inflação (IPCA): As expectativas subiram para 4,31% (acima da meta de 3,00%, mas dentro do teto de 4,50%).

Câmbio: O dólar é projetado em R\$ 5,40.

Riscos: Tensões geopolíticas globais e as eleições presidenciais podem pressionar os indicadores.

2. Perspectivas de Juros (Selic)

A taxa de juros deve permanecer em patamares restritivos para conter a inflação persistente e por conta das incertezas frente às tensões geopolíticas com o mercado projetando o fechamento do ano em 12,50%. Embora existam expectativas de queda pontual no início do ano, o nível elevado continua pesando sobre o crescimento do PIB e o custo da dívida pública.

3. Inadimplência

O país enfrenta níveis críticos de endividamento, atingindo recordes históricos no início de 2026. Em fevereiro de 2026, o número de brasileiros com nome negativado atingiu 81,7 milhões. Cerca de 49,9% da população adulta está inadimplente, com um comprometimento médio de renda de 70,5% para o pagamento de dívidas. Bancos projetam que a inadimplência deve atingir seu pico ao longo de 2026 devido ao efeito acumulado dos juros altos e da inflação sobre os salários.

4. Volume de Crédito Concedido

Apesar da cautela, espera-se uma expansão moderada do estoque total de crédito. O Banco Central elevou sua estimativa de crescimento para 9,0% (Crédito Livre: Projeção de alta de 8,1%; Crédito Direcionado: Expectativa de crescimento maior, de 10,2%, impulsionada por programas governamentais). A maioria das instituições financeiras, segundo a Febraban, espera uma desaceleração gradual no ritmo de concessões no segundo semestre devido ao cenário de risco elevado.



DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o segundo semestre e para o ano findos em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua emissão em 27 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, diretores, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade, e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

MULTICRED SCD S/A 38.593.706/0001-87

PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por PAULO
FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2026.03.31 18:51:32 -03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Presidente

CAMILO DE LELLIS
PACHECO
SILVEIRA:27933423515

Assinado digitalmente por CAMILO DE LELLIS PACHECO
SILVEIRA:27933423515
ND: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA GI,
OU=14017423000129, OU=presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=CAMILO DE LELLIS PACHECO SILVEIRA:27933423515
Razão: Pela Multicred SCD S/A como Gerente de Operações
FoxitPDF Reader Versão: 2025.2.0

Camilo de Lellis Pacheco Silveira
Diretor Executivo



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO	NE	31/12/2025	PASSIVO	NE	31/12/2025
CIRCULANTE		9.988	CIRCULANTE		515
Disponibilidades		4	Outras obrigações	9	515
			Cobrança e arrec. de tributos		0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	1.908	Fiscais e previdenciárias		351
Livres		1.908	Diversas		164
Operações de crédito	6	8.066	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	9.494
Operações de crédito		8.284	Capital Social		9.494
(-)Prov. p/ Perdas Associadas ao Risco de Crédito		-218	Capital		9.136
Outros créditos		10	Reservas de Lucros		358
Diversos		10	Lucros/Prejuízos acumulados		0
Imobilizado	7	14			
Outras Imobilizações de Uso		108			
(-) Depreciações Acumuladas		-94			
Intangível	8	7			
Outras Ativos Intangíveis		13			
(-) Amortizações Acumuladas		-6			
TOTAL DO ATIVO		10.009	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		10.009



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	NE	01/07 A 31/12/25	01/01 A 31/12/25
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>2.625</u>	<u>4.495</u>
Operações de crédito	12	931	1.751
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	13	219	337
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.475	2.407
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-47</u>	<u>-96</u>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		-47	-96
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>2.578</u>	<u>4.399</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-1.411</u>	<u>-2.854</u>
Despesas de pessoal	14	-286	-527
Outras despesas administrativas	15	-883	-1.714
Despesas tributárias	16	-122	-209
Outras despesas operacionais		-120	-404
RESULTADO OPERACIONAL		<u>1.167</u>	<u>1.545</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	-4
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>1.167</u>	<u>1.541</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11	<u>-397</u>	<u>-483</u>
Provisão para imposto de renda		-290	-349
Provisão para contribuição social		-107	-134
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>770</u>	<u>1.058</u>
Lucro por ação		0,1067	0,1114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07/2025 A 31/12/2025	01/01/2025 A 31/12/2025
LUCRO LIQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	770	1.058
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	770	1.058
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2025	7.218	51	1.118	-	-	338	8.725
1 - Ajustes Oriundos da Resolução 4966/2021	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	1.118	-	-	-	-	-	1.118
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	800	-	-	-	-	-32	768
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	-	15	-	-	-	-15	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	73	-	-	-73	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	218	-	-	-218	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-1.118	-	-	-	-1.118
Saldos em 31 de Dezembro 2025	9.136	66	291	-	-	-	9.493
Mutações do Exercício	1.918	15	-827	-	-	-338	768
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 01 de janeiro de 2025	7.218	51	1.118	-	-	-	8.387
1 - Ajustes Oriundos da Resolução 4966/2021	-	-	-	-	-	50	50
2 - Aumento de Capital	1.118	-	-	-	-	-	1.118
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	800	-	-	-	-	256	1.056
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	-	15	-	-	-	-15	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	73	-	-	-73	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	218	-	-	-218	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-1.118	-	-	-	-1.118
Saldos em 31 de Dezembro 2025	9.136	66	291	-	-	-	9.493
Mutações do Exercício	1.918	15	-827	-	-	-	1.106
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	01/07 A 31/12/2025	01/01 A 31/12/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1. Lucro/Prejuízo do período	770	1.058
1.2. Ajustes por Depreciação	11	24
1.3. Ajustes por Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	28	64
2. Variação de Ativos e Obrigações	-3.028	-5.373
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	0	0
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-3.371	-5.668
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	89	-1
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	254	296
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-2.219	-4.227
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	-27
5.1 IRRF Juros ao Capital Próprio	0	-27
5.2 Aumento de Capital	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	-2.219	-4.254
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	4.131	6.166
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	1.912	1.912
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. As normas vigentes estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. Conforme estabelecido na norma vigente, as instituições financeiras ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 27 de fevereiro de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa



Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.



i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e



- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivos para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.



f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;



- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição dos Títulos e Valores Mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2025
Livres	1.908
Títulos de Renda Fixa	1.908

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo segue a composição das Operações de Crédito:

Operações de Crédito	Circulante	31/12/2025	
		Longo Prazo	Total
Empréstimos	8.284	0	8.284
Saldo Contratual	8.284	0	8.284
(-) RD - TJEO Diferenciada	0	0	0
(-) Receita a Apropriar	0	0	0
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	167	0	167
(-) Provisão Adicional	51	0	51
(-) Provisão de Perdas	218	0	218
Saldo Contábil Líquido	8.066	0	8.066
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

- a) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	8.066
Empréstimos	8.066
Crédito Pessoal - Consignado	8.065
Crédito Pessoal	1



b) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	8.284
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	8.114
Empréstimos e Direitos Creditórios	8.114
Empréstimos e Direitos Creditórios	8.114
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	170

c) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	8.284
Carteira C4	148
Não Problemáticos	0
De 0 a 14 dias de atraso	0
Problemáticos Inadimplidos	148
Inadimplido – Período igual ou maior que 21 meses	148
Carteira C5	8.136
Não Problemáticos	8.114
De 0 a 14 dias de atraso	7.973
De 15 a 30 dias de atraso	141
Problemáticos Inadimplidos	22
Inadimplido – Inadimplido - período menor que um mês	1
Inadimplido – Período igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	1
Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	3
Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	1



Inadimplido – Período igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	6
Inadimplido – Período igual ou maior que 15 e menor que 16 meses	2
Inadimplido – Período igual ou maior que 16 e menor que 17 meses	6
Inadimplido – Período igual ou maior que 17 e menor que 18 meses	1

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.. A composição e saldo é formada conforme os valores dispostos no quadro abaixo:

	Tx. Deprec.	31/12/2025
Imobilizado		14
Mobiliário	10%	6
Equip. de Processamento de Dados	20%	94
Equipamentos de Comunicação	10%	5
Outros Equipamentos	10%	3
(-) Depreciação Acumulada		-94

8. INTANGÍVEL

O Intangível da instituição é composto por Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. e taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos.

	Tx. Deprec.	31/12/2025
Imobilizado		7
Sistema de Processamento de Dados	20%	13
(-) Amortização Acumulada		-6



9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>31/12/2025</u>
Outras obrigações	515
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	0
Fiscais e previdenciárias	351
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	45
Credores Diversos País	119

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Expresso em Reais

Capital Social

O capital social no final do 2º semestre de 2025 era de R\$ 9.136.262,00 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais), dividido em 9.136.262 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e dois) Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Aumento de Capital

A instituição realizou um aumento de capital no valor de R\$ 1.918.082,00 (um milhão, novecentos e dezoito mil e oitenta e dois reais), composto por R\$ 1.118.131,48 (um milhão, cento e dezoito mil, cento e trinta e um reais e quarenta e oito centavos) de reservas de lucros e R\$ 799.951,51 (setecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos) de lucros acumulados, os quais foram reconhecidos e aprovados pelos acionistas.

O Capital Social da instituição passou a ser de R\$ 9.136.262,00 (nove milhões, cento e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais).

Resultados Oriundos da Adoção Inicial da Resolução CMN 4966/2022

Em decorrência da adoção dos critérios contábeis previstos na Resolução 4966/2022, a instituição apurou reversão de provisões em relação aos critérios anteriores previstos na Resolução 2682/1999. Em decorrência dessa adoção, foi registrado em Lucros Acumulados o montante de R\$ 49.900,02.

Reservas de Lucros

A instituição apresentou um total de R\$ 357.646,30 em reservas de lucros acumuladas.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

*Expresso em Reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.



DISCRIMINAÇÃO	01/01 a 31/12/2025
Contas de Resultado Credoras	4.525.905,45
Contas de Resultado Devedoras	(2.985.336,50)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	1.540.568,95
(+) Adições	132.740,57
(-) Exclusões	(64.084,53)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	1.609.224,99
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	(116.036,82)
Lucro/prejuízo Tributário Real	1.493.188,17
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	349.297,04
Contribuição Social - 9%	134.386,94

12. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo segue a composição das Receitas de Operações de Crédito:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas de Operações de Crédito	931	1.751
Rendas de Empréstimos	931	1.751

13. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição das Receitas de Operações de Crédito:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	219	337
Rendas de Títulos de Renda Fixa	219	337



14. DESPESA DE PESSOAL

Abaixo segue a composição das Despesas de Pessoal:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de Pessoal	286	527
15. OUTRAS DESPESAS		
Benefícios	49	79
Encargos Sociais	54	106
Proventos	183	342

ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das Outras Despesas Administrativas:

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas Administrativas	883	1.714
Água, energia e gás	4	10
Aluguéis	55	101
Comunicações	4	10
Processamento de dados	147	383
Despesas do Sistema Financeiro	53	99
Despesas de Serviços de Terceiros	6	17
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	553	1.009
Outras Despesas Administrativas	61	78

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das Despesas Tributárias:



	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas Tributárias	122	209
PIS	17	29
Cofins	105	180

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos sobre os quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.



RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade social, ambiental e climática E CLIMÁTICA, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende as disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

18. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. Ela encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 124,80 % ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no período em R\$ 9.487.004,30.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao período foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 27 de fevereiro de 2026.

PAULO FERNANDO
DE OLIVEIRA
REGIS: 32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS: 32975120591
Dados: 2026.03.31 18:52:31
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2026.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de forma digital por VICENTE MICHELON:26690608034
Dados: 2026.03.31 18:25:50 -03'00'

Vicente Michelon
CRCRS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626